

Superior Tribunal de Justiça

TutPrv no RECURSO ESPECIAL Nº 1.706.572 - CE (2017/0279543-1)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
REQUERENTE : MINALBA ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA
ADVOGADOS : FELIPE BARREIRA UCHOA - CE012639
CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO - CE014325A
FERNANDO LUIZ FREITAS DE CARVALHO - CE020860
GUSTAVO HITZSCHKY FERNANDES VIEIRA JÚNIOR E
OUTRO(S) - CE017561
EDUARDO GUEDES BRAGA - CE031324
REQUERIDO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

(TUTELA PROVISÓRIA DEFERIDA)

TRIBUTÁRIO. PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA. COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA. SUBSTITUIÇÃO DA FIANÇA BANCÁRIA QUE GARANTE OS DÉBITOS OBJETO DA DEMANDA POR SEGURO-GARANTIA. POSSIBILIDADE. PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA MEDIDA. DEFERIMENTO DA TUTELA PROVISÓRIA REQUERIDA PELA SOCIEDADE EMPRESARIAL.

1. Trata-se de Tutela Provisória de Urgência requerida por MINALBA ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA., objetivando a substituição de carta de fiança por seguro garantia, para fins de permitir a renovação de certidões de regularidade fiscal, bem como a suspensão da inclusão do nome da requerente no cadastro informativo de créditos não quitados - CADIN, enquanto perdurar o trâmite da ação movida para reconhecimento do direito à compensação integral dos débitos apontados com créditos relativos a saldo negativo de IRPJ do exercício de 2005.

2. Em suas razões, a parte requerente discorre sobre a existência de precedentes desta Corte Superior favoráveis à substituição da garantia na forma pretendida, atestando que as garantias são equivalentes, dando o mesmo grau de segurança à Fazenda Pública quanto ao eventual recebimento do crédito tributário em debate.

3. Argumenta que o *fumus boni iuris* é demonstrado pelo fato da existência de previsão na Lei de Execução Fiscal de que o seguro garantia tem a

Superior Tribunal de Justiça

mesma força da carta fiança para fins de garantir a Execução Fiscal, razão pela qual não deve haver distinção ou preferência na aceitação ou substituição de qualquer uma das garantias previstas no art. 15, inciso I da referida norma.

4. Destaca que a demora na prestação jurisdicional lhe acarretará prejuízo de grave proporção e difícil reparação, visto que está suportando o ônus de duas garantias relativas aos mesmos débitos.

5. Requer o deferimento da tutela provisória para acolher a substituição da carta fiança que atualmente garante os débitos objeto da demanda, pelo Seguro Garantia de Apólice emitida pela seguradora Berkley Internacional do Brasil S.A., além da liberação e o imediato levantamento da Carta de Fiança 100413120028700, emitida pelo Banco Itaú BBA S.A e demais documentos relacionados, com o desentranhamento dos documentos originais constantes dos autos físicos mantidos no TRF5.

6. É o breve relatório.

7. Segundo disposto no art. 300 do Código Fux, a tutela provisória de urgência poderá ser concedida quando houver elementos que caracterizem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. A propósito, veja-se a redação do dispositivo:

Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

§ 1o. - Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.

§ 2o. - A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.

§ 3o. - A tutela de urgência de natureza antecipada não será

Superior Tribunal de Justiça

concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

8. Na hipótese dos autos, importante considerar que o Tribunal de origem julgou procedente a Apelação da ora requerente para reconhecer que os seus débitos perante a Fazenda Nacional, garantidos pela fiança bancária que ora se pretende substituir, sejam compensados com os seus créditos indicados na perícia judicial homologada nos autos. Irresignado, o Ente Público interpôs o Recurso Especial, já admitido na origem, mas ainda pendente de apreciação nesta Corte Superior, o qual, todavia, não possui efeito suspensivo.

9. Ou seja, já foi reconhecido por decisão do TRF5 que a parte requerente tem direito a crédito decorrente de pagamento a maior realizado em relação ao IRPJ do exercício de 2005 e a possibilidade de se compensar esses créditos com os débitos que são garantidos pela Carta de Fiança. Porém, a parte requerente mantém a garantia prestada apenas para não se sujeitar a eventual indeferimento de pedido de renovação de sua certidão de regularidade fiscal ou a inclusão de seu nome no CADIN.

10. Por outro lado, a pretensão de substituir da carta de fiança bancária por seguro garantia encontra apoio em julgados desta Corte Superior, consoante se observa dos seguintes precedentes:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. SUBSTITUIÇÃO DA FIANÇA BANCÁRIA POR SEGURO-GARANTIA . POSSIBILIDADE. ANUÊNCIA DA FAZENDA PÚBLICA. NECESSIDADE.

1. *O Tribunal a quo consignou: "No caso dos autos, a União apenas afirma que a carta de fiança é garantia melhor e mais vantajosa, sem, contudo, atacar qualquer irregularidade na apólice de seguro garantia ofertada. Portanto, não há óbice à substituição da fiança bancária por seguro garantia, independentemente da aquiescência da União Federal, desde que atendidas as condições formais específicas, atualmente previstas na Portaria PGFN nº 164/2014. Ante o exposto, dou provimento ao agravo de instrumento para determinar a substituição da carta de fiança pela apólice de seguro garantia, desde que preenchidas as condições estabelecidas pela Portaria PGFN nº 164/2014" (fl. 551,*

Superior Tribunal de Justiça

e-STJ).

2. O acórdão recorrido está consonância com a jurisprudência do STJ no sentido de que, em regra, não há vedação para substituir fiança por seguro-garantia (caso dos autos), pois as garantias são equivalentes, o que não ocorreria na hipótese de substituição de dinheiro depositado judicialmente por fiança ou seguro-garantia, caso em que a substituição, em regra, seria inadmissível em razão do entendimento da Primeira Seção nos EREsp 1.077.039/RJ.

3. Recurso Especial não provido (REsp. 1.797.685/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 22.4.2019).

2 2 2

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. SUBSTITUIÇÃO DA PENHORA. ART. 15, I, DA LEF. AUSÊNCIA DE LIMITAÇÃO QUANTITATIVA. RETORNO DOS AUTOS PARA ANÁLISE DOS AUTOS.

1. O Enunciado Administrativo 2, aprovado pelo Plenário do Superior Tribunal de Justiça em 9/3/2016, dispõe: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça".

2. O acórdão recorrido consignou que "inexistindo amparo legal, para a nova substituição da garantia, pretendida pelo agravante, seu indeferimento deve ser mantido".

3. O art. 15, I, da LEF, dispõe que: "Art. 15 - Em qualquer fase do processo, será deferida pelo Juiz: I - ao executado, a substituição da penhora por depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia".

4. No referido artigo não há limitação quantitativa, isto é, não define a quantidade de vezes que é possível efetuar a substituição da penhora, razão pela qual cabe à autoridade judicial fazer a devida análise, caso a caso.

5. Em regra geral, não há vedação para a

Superior Tribunal de Justiça

substituição de fiança pelo seguro-garantia, pois as garantias são equivalentes, o que não ocorreria na hipótese de substituição de dinheiro depositado judicialmente por fiança ou seguro-garantia, caso em que a substituição, em regra, seria inadmissível em razão do entendimento da Primeira Seção nos EREsp 1.077.039/RJ

6. *Superado o fundamento quanto à limitação quantitativa, os autos devem os autos retornar a origem para que se verifique, no caso concreto, se o seguro garantia reúne condições objetivas (liquidez, capacidade financeira da instituição seguradora, entre outras) para substituir a fiança bancária.*

7. *Recurso Especial provido nos termos acima explicitados* (REsp. 1.637.094/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 19.12.2016).

11. No mais, o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação decorre fato de que a parte requerente encontra-se onerada pelo custo de manutenção da fiança bancária e do seguro garantia, simultaneamente, no mesmo processo, apesar da existência de decisão favorável à compensação do débito garantido, conforme já decidiu pelo Tribunal Regional.

12. Ante o exposto, defere-se o pedido de tutela postulado pela Contribuinte, para determinar a substituição da carta fiança que atualmente garante os débitos objeto da demanda pelo Seguro Garantia de Apólice 014142017000107750057220, emitida pela seguradora Berkley Internacional do Brasil S.A., além de autorizar o levantamento da Carta de Fiança 100413120028700, emitida pelo Banco Itaú BBA S.A.

13. Publique-se.

14. Intimações necessárias.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

